

INFÂNCIAS EM SITUAÇÃO DE RUA: INVISIBILIZAÇÃO, EDUCAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA

CAROLINE TRAPP DE QUEIROZ

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO: Este artigo visa colocar em discussão o lugar-não-lugar das crianças que vivem em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro e as tensões delineadas a partir da presença-ausência da educação em suas experiências de infância. Para isso, serão analisados dados sistematizados por diferentes instituições e crônicas produzidas a partir do encontro entre pesquisadora e crianças nas ruas da cidade, a fim de conhecer e dar a ver os sujeitos e suas existências por trás dos números. Argumenta-se que, embora a marginalização dessas infâncias se estruture na correlação entre diferentes configurações de crise, negação de direitos e processos de invisibilização, a educação construída nas ruas produz estratégias que viabilizam relações de filiação, garantem ajuda mútua e constituem famílias por meio do afeto enquanto elemento de luta e manutenção da vida.

PALAVRAS-CHAVE: Infância; População em Situação de Rua; Pesquisa; Educação.

INTRODUÇÃO: 112 CRIANÇAS

A partir de 2018 a população de rua da cidade do Rio de Janeiro aumentou de forma rápida e perceptível. Como motivos, é possível elencar uma série de questões que culminaram no empobrecimento da classe trabalhadora como um todo. A conjuntura político-econômica do país, que nos levou a mudanças relativas às políticas públicas, incidiu diretamente na precarização da vida daqueles que já se encontravam vulneráveis, com a dificuldade de manutenção de empregos, a elevação dos índices de informalidade, a consequente fragilidade na composição de renda das famílias, no poder de compra, na capacidade de contratar e arcar com os valores de aluguéis, em alta em todo o Estado, e mesmo na possibilidade de adquirir imóveis próprios e sobre o financiamento se responsabilizar. Os discursos eleitorais do período, que prometiam “cuidar” dos mais necessitados, foram levados pelos ventos da inflação e de uma “quase” recessão, como anunciava a mídia (Kupfer, 2018).

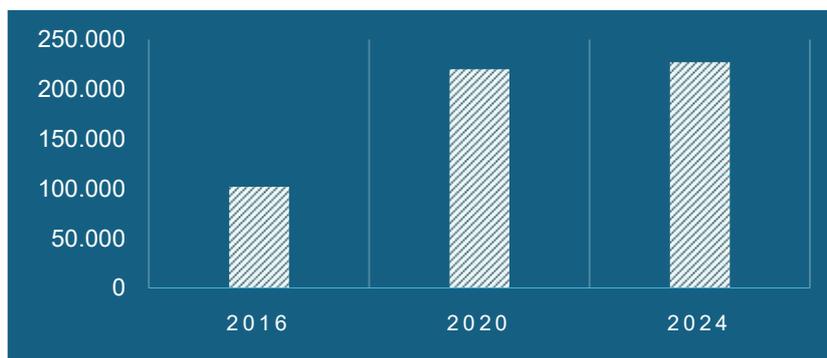
As reformas trabalhistas e tributárias, alardeadas no período, a hiper exposição de personalidades políticas nas redes sociais, comentando todo e qualquer tema pautado por sabe-se-lá-quem e compartilhando de si como em um *reality show*, a ignorância e inobservância com a coisa pública, que passara a justificar a inabilidade política e ética de governantes das mais diferentes esferas, a confusão entre fatos e opiniões, que mascaravam – e mascaram ainda hoje – preconceitos tornando cotidiano o fascismo sob a pecha da liberdade de expressão iam explicitando o desinteresse pelos mais pobres e, no caso desse artigo, também a população em situação de rua.

Portanto, o que popularmente atribui-se unicamente à adicção ou a adoecimento mental possui muitos outros condicionantes, de ordem mais coletiva do que necessariamente individual, como é o caso da exclusão econômica, “dimensão que

envolve o desemprego, a perda de moradia e a distância do local de trabalho”, citada por 54% das pessoas em situação de rua como razão para explicar sua circunstância (Natalino, 2023). Isso nos convoca, enquanto povo e país, a pensar formas de melhoria de vida que passam pela criação e implementação de políticas públicas de assistência social, trabalho, geração de renda, moradia, saúde, educação, etc.

Apesar dos desafios em sistematizar dados oficiais sobre a população em situação de rua no Brasil, uma lacuna que diz da dificuldade operacional existente em relação a pessoas que se deslocam, mas que implica ausência – e consequente negação – de direitos básicos e específicos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) vem indicando o aumento do contingente populacional vivendo nas ruas do país. Em 2016, quando divulgou seu primeiro relatório, havia cerca de 101.854 pessoas em situação de rua; em março de 2020, antes da pandemia de Covid-19, o número era de 220 mil pessoas, um aumento de cerca de 140%. Hoje a estimativa chega a 227 mil pessoas, um aumento de 122.8% em cerca de 10 anos.

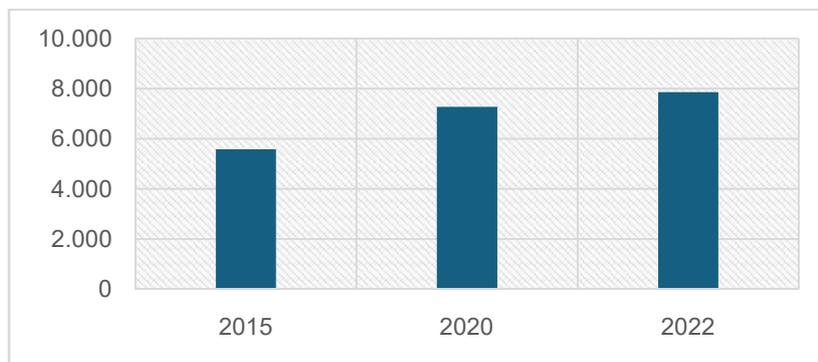
Gráfico1- Aumento da população em situação de rua no Brasil



Fonte: sistematização própria.

Em relação à cidade do Rio de Janeiro, em 2015 a Secretaria Municipal de Assistência Social apontou que 5.580 pessoas viviam em situação de rua; em 2020, o número era de 7.272 pessoas, destacando que 1.454 delas havia ido para as ruas depois do início da pandemia de Covid-19. Desse total, 112 eram crianças vivendo nas ruas da cidade. Em 2022, um novo Censo de População em Situação de Rua confirmou o aumento observado no levantamento do Ipea em nível nacional, indicando que, no município do Rio de Janeiro, havia 7.865 pessoas em situação de rua, um aumento de 40,9% em relação ao censo de 2015.

Gráfico 2- Aumento da população em situação de rua no município do Rio de Janeiro



Fonte: sistematização própria.

Olhar para os números em sequência histórica é uma forma eficaz de atestar a grandiosidade do fenômeno de que trataremos nesse artigo, pois dá outra visibilidade a um contexto com o qual temos familiaridade imagética e discursivamente, mas talvez nem sempre em sua real dimensão e proporção. No entanto, é o movimento de lupa que permite enxergar, por entre as cifras e o emaranhado dos milhares que acabam se confundindo, as famílias, as crianças, as mulheres, os idosos... as delicadezas, os afetos, as potências – e o seu desperdício, como verso da moeda; ali, dormindo na calçada.

Pensar infância levando em consideração os muitos recortes possíveis, especificamente aqueles que convergem na experiência de estar em situação de rua, nos convoca a pensar sobre os processos que acabam por interditar determinadas crianças de contextos de vida que poderiam contribuir para a diminuição das desigualdades socioeconômicas, mas que, por essa interdição, as ampliam. Um exemplo prático é o número expressivo de crianças que, impossibilitadas de frequentar as aulas, se veem praticamente expulsas da escola, seja pela insuficiência de vagas em creches e escolas públicas, pela violência em territórios onde há conflitos armados, ou mesmo pela falta de merenda escolar. Todos estes atuam como fatores motrizes e resultantes do sistemático sucateamento da educação pública como um todo.

É na correlação entre diferentes configurações de crise, negação de direitos e processos de invisibilização que se situa a existência de crianças em situação de rua no contexto do Brasil, e mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro. É sobre essas crianças que pensaremos nesse artigo, a partir de um movimento de aproximação que teve seu início em 2018, no contexto de realização de observações no interior de uma pesquisa de doutoramento sobre crianças e lutas, pensando a dimensão política de suas relações (Queiroz, 2021), e também durante as gravações de um documentário sobre as vidas das famílias que moravam nas ruas e suas dinâmicas de existência em espaços que revezam momentos de visibilidade e invisibilidade¹ Os múltiplos registros feitos no campo – anotações, fotografias, filmagens – foram tratados e sistematizados sob a forma de crônicas² que constituirão o formato teórico-discursivo como o campo aparecerá neste artigo.

PESQUISAR E ESCREVER O COTIDIANO DAS RUAS

As pesquisas no cotidiano nos dizem de uma inserção no mundo que nos convida a pensar a importância de uma sensibilidade das emergências, de estar atento ao que acontece “no meio do caminho” e que, por algum motivo, captura nosso olhar. O que inquieta, gera dúvida, apreensão, incerteza e, por isso mesmo, abre possibilidades de reflexão, compreensão e construção de conhecimento para além do que havíamos planejado. A minha pesquisa de doutorado advém precisamente do movimento de observar as crianças à minha volta, a partir da provocação sobre as infâncias que capturam nosso olhar no cotidiano da vida – e vai também se modificando por conta das contingências de um cotidiano entrecortado por uma crise socioeconômica, de representatividade e de saúde, com a pandemia de Covid-19. Da mesma forma, o documentário “Endereço” emerge também da observação a um cotidiano no qual da rua faz-se casa numa profusão que, ainda hoje, impressiona e indigna.

Michel de Certeau (1994) destaca que ver a cidade do alto de um edifício é uma experiência completamente diferente da de vê-la sob a perspectiva de quem anda por suas ruas. Isso porque do alto e de longe, a cidade é um simulacro que não permite o mergulho nas práticas cotidianas. Para ele, é se embrenhando pelas suas ruelas e avenidas que a experiência de ocupação do espaço se torna real e sua reinvenção possível. É o movimento de caminhar pela cidade que propicia os encontros e o estranhamento necessários à educação desse olhar sensível ao que se apresenta na dinâmica da vida. Foi justamente esse o movimento responsável por convocar o olhar de pesquisa à situação das crianças que vivem nas ruas da cidade. Foi caminhando e observando as transformações, desde os comércios que iam fechando as portas, até suas calçadas, que rapidamente se tornavam camas.

Pesquisar o cotidiano, o trivial, o miúdo, dá pistas de uma metodologia que nem sempre pode demandar a parada do fluxo dos acontecimentos para a proposição de um diálogo sobre um tema. Isso porque a poética da ciência emerge também – e talvez principalmente – na corrente da própria vida. No fragmento do cotidiano há estilhaços das muitas dimensões sociais, como a economia, a política, a história etc. A construção de um conhecimento que pressupõe sensibilidade e percepção se sustenta na concepção benjaminiana que busca compreender o espírito de uma época (Benjamin, 2006), apostando na atenção aos sinais que sua materialidade permite ver. Que infâncias se mostram para nós no movimento de caminhar pela cidade? Em que situações essas crianças atraem o nosso olhar? O que é possível que as suas experiências nos digam?

A aproximação do cotidiano demanda também aproximação com formas coerentes de narrar esse cotidiano. Antonio Candido (1992) destaca o fato de muitos considerarem a crônica um gênero literário de menor importância, o que para ele é indicativo de que se trata de um gênero próximo dos leitores e, portanto, potente na medida em que permite tocá-los de forma efetiva. Essa proximidade a que se refere Candido é também uma exigência em relação à produção da crônica, de forma que só é possível uma escrita que toque o outro quando o autor é próximo também dos temas que aborda, escrevendo “ao rés-do-chão”. Não se trata apenas de uma escolha metodológica, portanto, mas também de um ponto de vista politicamente situado,

comprometido com a atenção a temas, fatos e cenas cuja trivialidade tantas vezes oculta, ou disfarça.

Filha “do jornal e da era da máquina” a crônica é compreendida pelo autor como um gênero “bem nosso” (Candido, 1992, p. 17), trazendo a fragmentação da escrita, do enredo, da narrativa, como possibilidade, tanto pela flexibilidade de sua definição, quanto pelo caráter das discussões que potencializa, sendo lugar de fomento de reflexões que transcendem a própria discursividade contida em suas linhas, reflexões que se apresentam justamente nas entrelinhas. Para além disso, a crônica também expressa temporalidade específica, mesclando a perenidade a que aspira a literatura com a veia jornalística marcadamente fugaz e fundamentalmente contextual.

Tal qual Cronos, o deus grego, esse é um gênero que devora o cotidiano para devolvê-lo em relampejos aos seus leitores, numa espécie de seleção das porções de tempo em que a vida se desenrola, deslocando fatos para fazer emergir novos ou diferentes olhares em relação àquilo que nem sempre nos chama atenção. Em lugar de oferecer um cenário “excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes”, Candido (1992, p. 14) destaca que a crônica, “amiga da verdade e da poesia nas suas formas mais diretas e também nas suas formas mais fantásticas”, pega o miúdo desse cotidiano e mostra nele “uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas” (Candido, 1992, p. 14).

A simples existência de crianças em situação de rua nos convoca a estar atentos ao que acontece “no meio do caminho”, do nosso caminho, do caminho do progresso, do caminho da democracia, do caminho da justiça social... pensar as experiências das infâncias que são produzidas nessas configurações demanda se embrenhar pelas ruelas e avenidas, a fim de enxergá-las não de cima, dos nossos prédios e das nossas certezas, mas de frente e de perto. É “ao rés-do-chão” que a possibilidade de ler as entrelinhas na busca da compreensão sobre o espírito de nossa época se concretiza. Nesse percurso, o gênero literário de menor importância nos ajuda a dar contornos às vidas de crianças que, vividas nas ruas, também são tantas vezes lidas como menos importantes – o que as situa num lugar-não-lugar de existência e experiência. É no exercício de devorar esse duro cotidiano e devolvê-lo em pequenos relampejos que as crônicas se tornam potentes na tarefa de fazer emergir um (novo) olhar ao miúdo para enunciá-lo em suas grandezas.

A EDUCAÇÃO NA EXPERIÊNCIA DA INFÂNCIA VIVIDA NAS RUAS

No exercício de estar em campo durante o doutorado, lembro-me de uma das primeiras famílias que capturou meu olhar e o devolveu sinalizando uma cidade já imersa no caos do aumento de índices de pobreza, fome e desigualdade. Talvez o anuviamento quanto a essa percepção se explique pelo fato de termos aprendido desde cedo a naturalizar a dor do outro. Ou talvez porque, no exercício da empatia, nos acostumamos a cultivar a certeza de que, aquele lugar, nunca ocuparemos. No fim, quem garante?

Na busca de argumentos e tessituras narrativas que pudessem ajudar a lidar com aquilo que me roubava o chão, a dúvida: como vencer o desafio de comunicar o que nos cala? O que pode ser dito ao presenciar uma criança que, do lado de lá da janela de um restaurante, saliva enquanto observa a comida circulando minuto a minuto pelo

salão com destino a mais uma boca que não a sua? Que análise dá conta de expressar o nó na garganta que se forma quando nos deparamos com situações que nos deslocam pela gravidade da injustiça nelas contida?

Walter Benjamin (2012) nos fala da potência das experiências que nos emudecem, destacando o absurdo de uma experiência dilacerante de Primeira Guerra Mundial não ter sido suficiente para refrear o ímpeto pela Segunda, mesmo diante do profundo silêncio com que retornavam para casa os soldados sobreviventes. Silêncio que nos grita quão desumanos somos e questiona: quanta barbárie é possível sustentar em nome da civilidade?

La casa de papel (ão)

Debaixo da marquise do comércio falido emerge uma casa. Suas paredes são edificadas por meio da estratégica montagem de três caixas de televisores de cinquenta polegadas. Em tempos de Copa do Mundo, essa é a matéria-prima de muitas criações alternativas – resta questionar dentre que opções. Da arquitetura à decoração mobiliária, a imaginação humana não tem limites: casas-caixa, camas-caixa, tetos-caixa, cobertores-caixa, caixões-caixas caixinhas...

Ali, no meio de uma rua esvaziada, num dia cinzento de frio e chuvisco, no interior da cidade que era para ser maravilhosa, ou que o é apenas para um feliz grupo seleta, a marquise abriga mais uma família. Tapete na porta, lençóis pelo chão, porta entreaberta. Do lado de fora, o pai tenta vender balas no sinal, na iminência de uma invisibilidade que se encarrega de tornar alheia uma equação que também nos pertence. Do lado de dentro, duas crianças pequenas brincam sob o olhar atento da mãe, que arruma os poucos utensílios de posse da família. Roupas, cumbucas de plástico e pacotes de fraldas. A efemeridade da vida se mescla à efemeridade da casa de papel. De papelão. Olho pro céu e as nuvens anunciam a chegada de mais um temporal. Água, bueiros entupidos, lixo, insetos, roedores, doenças... A Tijuca da água podre, como diziam os indígenas.

Infância. Cultura. Barbárie. Quando o mundo se reduz a siglas, índices, percentuais e retóricas, são as imagens do cotidiano que reatam nossa existência com o concreto, o tangível, o vivido. *La Casa de Papel* é uma série de televisão espanhola. Talvez a mesma televisão cuja caixa serviu de paredes à casa que vi da janela do ônibus. Na série, bandidos invadem a Casa de Moeda da Espanha a fim de imprimir bilhões de euros. No cotidiano, e no trocadilho, o papel do dinheiro cede lugar ao papelão das caixas que comportam produtos por ele comprados – e que imprimem, na fisionomia da cidade, bilhões de contrassensos, capturados pelo olhar de quem se posiciona a ver a casa – precária e cuidadosamente construída.

A casa da gente geralmente é um espaço com limite claro entre o dentro e o fora. Um portão, um muro, uma porta, geralmente um demarcador que nos dá aquela falsa sensação de segurança, como se dali não fosse possível passar sem a permissão do morador. Quando o dentro e o fora se confundem, como nessas casas construídas sobre

calçadas, debaixo de marquises, apoiadas nas paredes de prédios comerciais, nos centros das muitas e diferentes cidades desse país, essa delimitação torna-se mais complexa.

No entanto, a casa não se define apenas pelo que demarca, como um invólucro, antes disso, ela se constitui do próprio ato de morar, movimento que produz uma amálgama da casa com o sujeito e “expressa [sua] personalidade para o mundo exterior, mas, de modo igualmente importante, reforça a imagem que o morador tem de si mesmo e materializa sua ordem do mundo” (Palasmaa, 2017, p. 21). Na condição de fazer da rua casa, que imagem se tem e se reforça de si mesmo? Que enunciações sobre o eu são possíveis quando se mora debaixo de marquises? Que identidades se constituem entre a ondulação das camadas em trama que compõem o papelão e a água podre que dá nome ao bairro da Tijuca desde que ali moravam os tupinambás? Que experiências de infância emergem desse contexto e nessas condições?

Por todos os lados

À esquerda, um menino corre para limpar os vidros dos carros que param no sinal vermelho. Porque no amarelo, apressados, eles apenas avançam e torcem para dar certo. No carro lacrado é possível observar o motorista acenando que não quer o serviço do menino. Faz com a mão posição de negativo pra dizer que está sem dinheiro. O menino acena de volta, a mão virada pra cima. Tudo bem. O sinal abre e ele volta para a calçada. À direita, outro menino. Sentado em frente à padaria, ele segura uma placa improvisada de papelão com os dizeres: F O M E. Cada pessoa que passa renova sua esperança pelo pão; ali conquistado a cada dia. Pela graça. Mas só se ele cair nas graças... O menino sentado na calçada, todo encolhido, espera o pão na companhia do cachorro. Não dá pra dizer quem está mais magro. Mas é certo saber que só se sustentam em pé porque o pão ali é repartido. E cada pessoa que passa e vai embora, é a esperança apertando o calo da fome, que menino-cachorro já nem sentem mais no estômago.

A cidade do Rio de Janeiro, como lócus no qual as cenas aqui trazidas são testemunhadas, guarda contrastes que permitem materializar o plano teórico das ideias aqui discutidas, produzindo injustiças palpáveis e dilacerantes, ao mesmo tempo que praticamente ordinárias de tão corriqueiras. A imagem da criança que trabalha no sinal é uma delas. A da criança que se encolhe no chão como cachorro, outra. Ambas as imagens convergem na leitura da barbárie que viemos construindo até aqui.

Junto das questões sobre a casa, o morar e o se (re) constituir na amálgama com esse espaço, que vai nos forjando enquanto sujeitos, há uma dimensão de educação que se efetiva na carne, ou seja, a educação que se aprende a partir do que nos toca e, nesse toque, altera nosso ser por meio dos sentidos que faz emergir. Pier Paolo Pasolini (1990, p. 127) chama atenção a essa educação quando fala da linguagem pedagógica das coisas, destacando que é dos objetos e da realidade física das condições sociais que uma criança é educada, é nessa materialidade que ela conhece e toma parte do que “é e será por toda a vida”. E é justamente nessa imersão em si, no lugar de classe, de raça, de gênero que demarcam a concretude da existência, que se observam elementos dos

quais nos apropriamos na invenção do eu, adornada pela educação oriunda daquilo que nos envolve e nos devolve a nós mesmos.

A linguagem pedagógica das coisas, que aqui figura como a presença da educação na vida das crianças em situação de rua, educa pela carne, sem deixar a menor sombra de dúvida à criança sobre sua condição de vulnerabilidade. Isso porque “a família proletária não é para a criança melhor proteção contra uma compreensão cortante da vida social do que o seu puído casaquinho de verão contra o cortante vento do inverno” (Benjamin, 2002, p. 122). Não há imaginação e lúdico que salvem essa criança da concretude das calçadas nas quais ela se deita para dormir todas as noites. Em nosso país, a situação de classe – quase sempre entrelaçada à de raça – penetra na vida dos sujeitos desde a mais tenra idade, sendo necessário reconhecer que são as experiências da vida que guardam o potencial de aguçar a consciência de classe das crianças empobrecidas. Posicionar-se a favor dessa clareza pedagógica é afirmar que a “tábula rasa” já chega ao mundo rabiscada pelas fronteiras desenhadas para ela – esta existência tantas vezes invisibilizada porque descartável, nascida para ser deixada à própria sorte e poder morrer sem pesar.

O que se enuncia aqui como a faceta da educação enquanto presença na vida das crianças que vivem suas experiências de infância nas ruas emerge daquilo que é construído nas ausências, seja das políticas públicas, do acesso aos direitos básicos e de oportunidades que permitam subverter uma dada ordem – branca, elitista, heteronormativa, euro e norteamericocêntrica – que forjou mentalidades, que organizou e hierarquizou o conhecimento, os lugares sociais, bem como a distribuição do capital cultural. Sua presença, portanto, se dá nos afetos produzidos no exercício contínuo de vencer cada dia, nas estratégias que ensinam a driblar os riscos, múltiplos e constantes, na malícia e nas alianças que garantem proteção e ajuda mútua, todos estes percursos que vão produzindo vidas possíveis, ainda que precárias porque precarizadas, marginais porque marginalizadas.

É nas ruas que se aprende a importância da filiação, não aquela institucional, relativa a partidos ou movimentos formalizados, mas sim a que nos diz da responsividade em relação ao outro – um outro-que-dorme-na-marquise-ao-lado, um outro-que-divide-o-pão, um outro-cachorro – e da responsabilidade que se dá na pactuação de sentidos que produzem concretude de vida e de sobrevivência, imediata e também a longo prazo. As filiações unem e também separam, são como que linhas demarcando fronteiras, de um lado, e garantindo pontos de conexão, de outro. Nesses limiares vão se tornando visíveis os desenhos éticos, políticos e pragmáticos de uma educação que emana das ruas e é nelas concretizada.

Família afetiva

Sábado de sol e muito calor. Na calçada do prédio da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, nove dormitórios improvisados que, como num passe de mágica, desaparecem nos dias úteis. Algumas das pessoas que ali estão costumam dormir em marquises diversas ao longo da semana, outras têm suas próprias casas, em diferentes pontos da cidade ou em cidades adjacentes, mas ficam no centro por inúmeras razões, como a mãe que, sem ter onde

dormir, veio ao Rio acompanhar o tratamento médico da filha ou a avó que pernoita no local com seus dois netos para economizar o dinheiro da passagem e ficar mais próxima do trabalho. Todos se conhecem pelo nome. Todos dividem o alimento. Quando um carro estaciona na esquina para caridosamente distribuir quentinhas às pessoas do local, é uma das crianças quem vai e volta diversas vezes, fazendo a travessia entre o carro e calçada. Não é apenas a sua fome que ela atende, mas a de outras pessoas que, doentes ou machucadas, não conseguem se locomover com facilidade. Uma senhora com problemas de circulação na perna. Um homem que torceu o tornozelo. Um senhor que está dormindo no momento... Certificando-se de que cada um deles tem sua própria comida, o menino abre a quentinha e todos se entreolham: algo ali não cheira bem! Do andar de cima, no alto dos condomínios, parece ser fácil supor que quem tem fome, come qualquer comida. E novamente é a criança quem corre de um lado para o outro, agora avisando que a comida não tá boa não. Impressas nas paredes da Defensoria, em cartazes que vão do teto ao chão, uma constatação travestida de presságio: "Família afetiva". Na imagem dialética, o nó na garganta trazendo a certeza de que é preciso estar junto para sobreviver ao estar só.

Os laços construídos na condição de extrema exclusão configuram verdadeiras famílias que se apoiam mutuamente. E ainda que essa nomenclatura signifique muitas coisas, historicamente, Oliveira (2002) afirma que, atualmente, a característica de maior peso na constituição de laços familiares é o afeto, que longe de se restringir à dimensão puramente subjetiva, possui caráter de concretude na materialidade das vidas, sendo fato e direito, realidade e norma (Lôbo, s/d.). O arranjo familiar nessa perspectiva afetiva – e não necessariamente consanguínea – considera um modelo de organização estendida, o que significa que os laços podem ser construídos entre diferentes membros que tratam de alimentá-los de múltiplas formas. Essa é uma realidade de cuidado que está presente sempre que as dificuldades fazem frente às condições ideais – ou básicas – de vida.

Ao estudar a sobrevivência a partir da observação de diferentes animais, Kropotkin (2009) afirma não ter encontrado, na luta pelos meios de subsistência apontada por outros cientistas contemporâneos a ele, o principal fator da evolução das espécies. Em suas observações, o que mais saltou aos olhos enquanto elemento garantidor da continuidade da vida e do desenvolvimento das formas de viver foi a ajuda mútua, motivada por um sentimento ou instinto amplo de solidariedade e sociabilidade que mobilizava e que se fazia presente desde as comunidades animais até as humanas.

A tendência do ser humano à ajuda mútua tem uma origem tão remota e está tão profundamente entrelaçada à toda a evolução de nossa espécie que foi conservada por esta até o presente, apesar de todas as vicissitudes da História. Evoluiu principalmente durante períodos de paz e prosperidade; mas, quando as grandes calamidades assolavam os homens – países inteiros devastados por guerras e populações inteiras dizimadas pela miséria, ou sob o jugo

da tirania –, essa mesma tendência continuou existindo nas aldeias e entre as classes mais pobres das cidades; continuou unindo e, com o passar do tempo, chegou até a reagir contra minorias dominantes, guerreiras e devastadoras que a desprezavam como sentimentalismo barato. E toda vez que a humanidade teve de construir uma nova organização social, adaptada a uma nova fase de desenvolvimento, seu gênio construtivo sempre tirou os elementos e a inspiração para o recomeço dessa mesma tendência perene (Kropotkin, 2009, p. 179).

A ajuda mútua está, portanto, na base da filiação da qual viemos falando quanto à educação que se efetiva nas ruas. É esse sentimento de solidariedade que orienta a decisão de estar junto, de se mobilizar, de auxiliar o outro e dividir com ele as lutas e as conquistas cotidianas. A pesquisa de Gilberto Moreno (2014) sobre a vida associativa nas periferias da cidade de São Paulo trouxe também esse achado na fala dos interlocutores quanto às motivações para se juntar a diferentes grupos. Vários foram os relatos que deram conta da decisão de um “ser parte” baseado no acolhimento e no sentimento de afeto encontrados no interior de diferentes associações, o que foi apontado como principal justificativa de inserção e participação.

Pensar os elementos em torno dos quais o grupo, ou a família, confere sentido a si mesmo é fundamental para pensar e viabilizar sua continuidade, fator que permite, ao mesmo tempo em que também exige, o resgate constante dos preceitos que unem uns aos outros, bem como a ressignificação da identidade coletiva. No caso da criança trazida na crônica, é possível dizer que, inserida num contexto associativo que a precede e que também a situa no interior de um grupo específico, ela foi aprendendo a tomar nas próprias mãos as ferramentas necessárias para a continuidade daquele coletivo, não como uma repetição mecânica, mas como elo de significação: um pertencimento que tem passado e, portanto, história, mas que (re)constrói suas perspectivas, forjando futuros possíveis. A criança que vai e volta ao encontro das necessidades de seus pares, reafirma com eles sua filiação a partir do ato de ajudar quem não passa bem ou não vê o carro da comida encostar na calçada. E é exatamente na ajuda de que lança mão que concretiza as possibilidades de continuidade da vida e desenvolvimento das formas de viver.

Embora a ajuda mútua apareça como base da sobrevivência e consequente evolução humana, é importante não minimizar as tensões e contradições que se fazem presentes também quando diferentes pessoas se encontram. Disputas de poder, primazia, território, parceria, dentre outros, são também base da nossa história, constituindo absolutamente todos os processos de invasão, conquista e expansão imperiais, coloniais, seja do passado mais longínquo, do presente mais recente e, infelizmente, também as que ainda estão por vir. Tudo isso é, da mesma forma, parte das dinâmicas do coletivo, das filiações e da família.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou discutir o lugar-não-lugar da criança em situação de rua a partir da perspectiva da observação à sua infância, socialmente marginalizada, e em composição com a presença-ausência da educação em suas experiências, vividas neste contexto e nas condições por ele delineadas. A ideia de uma lugar-não-lugar trata-se de uma provocação à correlação entre diferentes configurações de crise, negação de direitos e processos de invisibilização que aterram a existência dessas crianças.

Para isso, buscou-se dar visibilidade ao fenômeno da experiência da infância nas ruas da cidade a partir da observação aos números da população em situação de rua, em seqüência histórica, produzidos por diferentes instituições – cientes dos desafios e das contradições postas na produção e veiculação desses dados -, bem como a partir da observação dessas crianças, no exercício de, “ao rés-do-chão”, olhar suas experiências como que em lupa, a fim de conhecer e dar a ver os sujeitos por trás dos números, lendo por entre linhas e entrelinhas os sentidos nos quais se calca o espírito de nossa época.

O exercício envolvido na produção das crônicas, tratadas aqui como parte da metodologia e também da fundamentação teórico-filosófica com que se constroem as leituras sobre o cotidiano, permitiu não só dar contornos às vidas dessas crianças, mas também discutir a presença-ausência da educação nas experiências de infância observadas.

Longe de romantizar suas trajetórias, delineadas na marginalização e na invisibilização que lhes asseguram seu lugar-não-lugar na dinâmica socioeconômica, destacou-se a filiação, a ajuda mútua e a formação de famílias constituídas por afeto como elementos de luta e manutenção da vida, pelo viés da sobrevivência às duras condições encontradas nas ruas. São esses elementos que fazem oposição às múltiplas ausências presentes em seu cotidiano, seja das políticas públicas, do acesso aos direitos básicos e de oportunidades que permitam subverter a ordem das desigualdades.

A educação observada na dinâmica das ruas dá a ver sua efetivação pelo que passa na carne da existência dessas crianças, e que se aprende a partir do que toca.

O espião

Nada explica melhor a cisão rua e casa do que a criança espiando da porta para dentro, ciente da violação da intimidade que comete, ainda que em plena calçada pública. Parada na rua, ela espia a vida alheia por entre as frestas da frágil casa improvisada. A criança carrega consigo uma sombrinha estampada com personagens do famoso filme Toy Story.

Nele, os brinquedos chegam às mãos da criança acomodados em caixas de papelão personalizadas e embrulhadas em bonitos papéis de presente com laços. Brinquedos que possuem vida, mas claramente não são humanos. Aos olhos da criança que espia, uma realidade que corrobora a ficção. Nela, também há vidas acomodadas em caixas de papelão. Estas, sem embrulho e sem laços, revelam em si amarras de uma história que ninguém parece querer contar, ou ouvir... Uma realidade que também testemunha a ruptura entre vida e humanidade. Existir não basta. É preciso algo mais para se tornar gente aos olhos de um outro que vê, mas não enxerga.

Então iniciado às perversas contradições da desigualdade, talvez o que o menino que espia procure, em sua sincera curiosidade, ao olhar para dentro da casa de rua, na rua, seja justamente o alento que só uma resposta ilusória é capaz de oferecer à questão que a concretude do absurdo evoca: que diferença fundamental existe entre ele e o morador que ali reside?

O menino que espia, na crônica acima, toma a decisão de deixar-se afetar pelo que vê, de olhar e enxergar o que lhe toca, e para além disso, de questionar-se – sinalizado pela ruga que vai desenhando interrogações em sua testa. A cena que atrai seu olhar é também, em si mesma, uma alegoria sobre nossa própria sociedade, hoje soterrada por uma realidade praticamente desconhecida. Isso porque os números relativos à população em situação de rua, na cidade do Rio de Janeiro, são controversos. Ainda que se tenha trabalhado, até aqui, com os censos realizados pela Prefeitura, pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Cidade e pelo Instituto Pereira Passos (Marcolino, 2021), dados da Defensoria Pública do Estado já apontavam, em 2020, mais que o dobro daqueles registrados oficialmente, chegando a 17 mil o número de pessoas em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro³

De toda forma, mesmo que o número exato não nos seja conhecido, a existência e o aumento da quantidade de pessoas em situação de rua na cidade são notórios a qualquer um que resolva circular por ela observando suas ruas – de baixo e de perto. Ainda que a mudança de perfil seja volátil, ora havendo maior presença de mulheres e crianças, como em 2018, ora sobressaindo-se mais a população masculina e jovem, algumas características seguem as mesmas: temos nas ruas de nossa cidade uma maioria preta e com baixa escolaridade (Lucena, 2021).

Embora muitos recortes sejam visíveis dentre a população em situação de rua, é inegável a existência de uma fragmentação, no todo da sociedade, que viola e mutila aqueles que borram fronteiras utopicamente sólidas. E no ato de circunscrever o que é uma pessoa em situação de rua também está latente de que cor majoritariamente se colorem os termos, afinal, os corpos negros flexionam em torno de si raça e classe, elementos desde sempre e ainda hoje determinantes dos lugares sociais passíveis de serem ocupados por cada um.

É exatamente isso que explica duas mulheres brancas vivendo em situação de rua na cidade do Rio de Janeiro serem enunciadas como “moradoras do Mc Donald’s” – sobretudo nos portais de notícias⁴ O que o distanciamento produzido na enunciação de lugares sociais constituídos na ondulação de batatas fritas diz do espírito de nossa época?

Artigo recebido em: 22/09/2024
Aprovado para publicação em: 04/12/2024

QUEIROZ, C.T. de

HOMELES SCHILDHOOD: INVISIBILIZATION, EDUCATION AND SURVIVAL

ABSTRACT: This article aims to discuss the place-not-place of homeless children in the city of Rio de Janeiro and the tension outlined from the presence-absence of education in their childhood experiences. For this, data systematized by different institutions and chronicles produced from the meeting between researcher and children in the streets of the city will be analyzed in order to know and show the subjects and their existences behind the numbers. It is argued that, although the marginalization of these children is structured in the correlation between different configurations of crisis, denial of rights and processes of invisibilization, education built on the streets produces strategies that enable filiation relations. They guarantee mutual help and constitute families through affection as an element of struggle and maintenance of life.

KEYWORDS: Childhood; Homeless Population; Research; Education.

LA INFANCIA EM LAS CALLES: INVISIBILIZACIÓN, EDUCACIÓN Y SUPERVIVENCIA

RESUMÉN: Este artículo tiene como objetivo poner en discusión el lugar-no-lugar de los niños que viven en situación de calle en la ciudad de Rio de Janeiro y las tensiones delineadas a partir de la presencia-ausencia de la educación en sus experiencias infantiles. Para ello, se analizarán datos sistematizados por diferentes instituciones y crónicas producidas a partir del encuentro entre la investigadora y los niños en las calles de la ciudad, con el fin de conocer y dar a ver a los sujetos y sus existencias detrás de los números. Se argumenta que, aunque la marginación de estas infancias se estructura en la correlación entre diferentes configuraciones de crisis, negación de derechos y procesos de invisibilización, la educación construida en las calles produce estrategias que viabilizan relaciones de filiación. Se ayudan mutuamente y forman familias a través del afecto como un elemento de lucha y mantenimiento de la vida.

PALABRAS CLAVE: Infancia; Población en Situación de Calle; Investigación; Educación.

NOTAS

- 1- O documentário "Endereço", dirigido por Mailsa Carla Pinto Passos e Jean-Christophe Houzel, se encontra atualmente em fase de montagem e não tem previsão de lançamento.
- 2- As crônicas desse artigo tratam-se de excertos de textos que foram publicados anteriormente em minha tese de doutorado (Queiroz, 2021) e também no livro *Infância Crônica* (Venas; Ribes, 2019).
- 3- SBT News. 17 mil pessoas são moradores de rua na cidade do Rio de Janeiro. 15/10/2020. Disponível: <https://sbtnews.sbt.com.br/noticia/eleicoes/151553-17-mil-pessoas-sao-moradores-de-rua-na-cidade-do-rj>. Acesso em: 08 set. 2024.
- 4- SCHMIDT, L. *et. al.* Mulheres vivem no Mc Donald's no Leblon e viralizam: 'Não entendo como virou essa bola de neve', diz mãe. G1 Rio. G1. 26/04/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/04/26/mulheres-vivem-em-lanchonete-no-leblon-e-viralizam-nao-entendo-como-vice-essa-bola-de-neve-diz-mae.ghtml>. Acesso em: 08 set. 2024; TOLEDO, M. Quem são as mulheres que "moram" em McDonald's no Rio de Janeiro. Brasil. Metrôpoles. 26/04/2024. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/quem-sao-as-mulheres-que-moram-em-mcdonalds-no-rio-de-janeiro>. Acesso em: 03 set. 2024.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, W. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. São Paulo: Duas cidades, 2002.

BENJAMIN, W. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

CANDIDO, A. et al. **Crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: Artes de fazer. Petrópolis, Editora Vozes: 1994.

KROPOTKIN, P. **Ajuda mútua**: um fator de evolução. São Sebastião: A Senhora Editora, 2009.

KUPFER, J. P. **2018 foi o ano da quase recessão que segurou inflação e juros, diz Kupfer**. Poder 360. 28/12/2018. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/opiniao/2018-foi-o-ano-da-quase-recessao-que-segurou-inflacao-e-juros-diz-kupfer/>. Acesso em: 20 ago. 2024.

LÔBO, P. L. N. **Entidades familiares constitucionalizadas para além do numerusclausus**. Instituto Brasileiro de Direito de Família. s/d. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/img/congressos/anais/193.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2024.

LUCENA, F. **Rio de Janeiro tem mais de 7 mil pessoas vivendo nas ruas**. Diário do Rio. 30/03/2021. Disponível em: <https://diariodorio.com/rio-de-janeiro-tem-mais-de-7-mil-pessoas-vivendo-nas-ruas/>. Acesso em: 08 set. 2024.

MARCOLINO, K. **Com mais mulheres e crianças, população em situação de rua aumenta no Rio de Janeiro após covid-19**. ODS. 17/02/2021. Disponível em: <https://projetocolabora.com.br/ods10/com-mais-mulheres-e-criancas-populacao-em-situacao-de-rua-aumenta-no-rio-de-janeiro-apos-covid-19/>. Acesso em: 08 set. 2024.

MORENO, G. G. **Tudo que a gente faz na quebrada é política**: vida associativa nas bordas da cidade. 2014. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NATALINO, M. A. C. **A população em situação de rua nos números do Cadastro Único**. Brasília: Ipea, 2023. Publicação Expressa. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/12642>.

QUEIROZ, C.T. de

OLIVEIRA, J. S. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: RT, 2002.

PALLASMAA, J. **Habitar**. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PASOLINI, P. P. **Os jovens infelizes**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

QUEIROZ, C. T. de. **Ponto cego**: Sobre infância, luta e olhar. 2021. 196f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

VENAS, I.; RIBES, R. **Infância Crônica**. Rio de Janeiro: NAU, 2019.

CAROLINE TRAPP DE QUEIROZ: Professora adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no Departamento de Estudos da Infância da Faculdade de Educação. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Infância em Perspectiva (GPIP). Doutora em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2265-9351>

E-mail: caroline.queiroz@uerj.br

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).